

PREVALÊNCIA DE RESTRIÇÕES ALIMENTARES EM ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE RIO GRANDE – RS

DA SILVA, Juliete Carvalho¹; Couto, Shanda de Freitas²; Andersson, Giovanna Bandeira³

¹Universidade Federal de Pelotas/ Faculdade de Nutrição;

²Universidade Federal do Pampa/ Curso de Nutrição;

³Universidade Federal de Pelotas/ Faculdade de Nutrição/ Departamento de Nutrição.

juliette.ju@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é indispensável à nossa sobrevivência, e por meio desta são obtidos os nutrientes e energia necessários diariamente (BARDELLA *et. al.*, 2007). Os alimentos são utilizados pelo organismo após terem sido digeridos e absorvidos, porém existem indivíduos que, por diversas razões, não toleram certos alimentos, não conseguindo digeri-los ou absorvê-los (BARDELLA *et. al.*, 2007).

Em inúmeros problemas alimentares se faz necessária alimentação adequada e específica à situação clínica apresentada (BARKER *et. al.*, 2004; BRANDT *et. al.*, 2008). Entre as doenças mais preocupantes na infância e adolescência, encontram-se o diabetes mellitus, doença celíaca e a intolerância à lactose.

Diante do aumento de casos de restrições alimentares, principalmente entre crianças e adolescentes, torna-se necessário uma maior atenção em relação aos alimentos consumidos tanto em casa quanto no ambiente escolar. Nesse sentido, observa-se que políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm considerado tais restrições na oferta da alimentação escolar, com o intuito de oferecer uma alimentação de qualidade, saudável, e apropriadas às condições clínicas dos escolares, além de incentivar a adoção de atitudes positivas em relação à doença através da escolha de uma alimentação adequada (FNDE, 2009).

A lei 11.947, de 16 de junho de 2009, apresenta entre suas diretrizes o emprego da alimentação saudável, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (FNDE, 2009; WEIS *et al.*, 2004). Dessa forma, alunos com problemas alimentares, como pacientes diabéticos, celíacos e intolerantes à lactose, possuem o direito de uma alimentação adequada e planejada de acordo com as suas necessidades.

Considerando a importância de uma alimentação saudável e adequada às condições de saúde, principalmente em indivíduos portadores das patologias, faz-se necessário o conhecimento do número de escolares com restrições alimentares, assim como as práticas alimentares adotadas nas escolas a fim de se estabelecer medidas de intervenção e traçar ações que visem à melhoria da condição nutricional destes escolares. Assim, o presente estudo teve como objetivo avaliar a prevalência de restrições alimentares nos escolares e as práticas alimentares relacionadas ao cardápio adequado na rede municipal de ensino do município de Rio Grande/ RS.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Foi realizado um estudo observacional, de corte transversal, em escolas da rede municipal da cidade de Rio Grande, RS. Realizou-se um levantamento sobre a presença de alunos com restrições alimentares, especificamente portadores de diabetes mellitus, doença celíaca e intolerância à lactose, além disso foi avaliada a prática de alimentação diferenciada de acordo com recomendações da Lei 11.947 do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O município de Rio Grande conta com 64 unidades de ensino, incluindo escolas, creches e instituições filantrópicas, atendendo um total de 22.000 escolares. Na seleção da amostra foi considerada a facilidade de acesso às escolas em relação a sua localização, sendo então analisadas 15 escolas das imediações do centro da cidade.

Para o estabelecimento da logística do estudo, primeiramente foi feito contato com a nutricionista responsável técnico pelo PNAE deste município, obtendo-se a autorização para a realização do mesmo. Posteriormente foram realizadas as visitas às escolas, sendo feito o convite às diretoras das escolas para participação no estudo e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de dados foi realizada, utilizando um questionário com oito questões objetivas de assinalar, aplicado a diretora ou responsável pela instituição. Sendo obtidas informações referentes à presença de alunos com restrições alimentares, assim como sobre número de alunos de acordo com cada tipo de restrição, entre elas o diabetes, a intolerância à lactose e ao glúten.

Além disso, foram verificadas as práticas alimentares realizadas nas escolas pela presença de uma alimentação adequada a estes alunos, em conformidade com as novas recomendações vigentes na legislação da alimentação escolar. Em caso de uma resposta negativa, foi questionado se o nutricionista responsável técnico havia sido informado sobre a presença de alunos com restrições alimentares na escola.

Após coletados, os dados foram digitados em uma tabela estruturada do programa Microsoft Excel®. A prevalência de restrições e as práticas alimentares foram apresentadas através da distribuição de frequência das variáveis estudadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na amostra estudada não houve recusa em participar da pesquisa, porém em uma escola a diretora entrevistada não soube responder tais informações sendo então, consideradas 14 escolas na amostragem.

As escolas analisadas apresentavam um total de 6.213 alunos matriculados, sendo que apenas 21 alunos (0,3%) apresentam restrição alimentar, distribuídos em 11 escolas.

Ao analisarmos o número de indivíduos de acordo com cada tipo de restrições alimentares, observa-se um maior percentual de escolares com intolerância à lactose, correspondendo a 9 escolares (43%), 8 escolares com diabetes (38%), e 3 celíacos (14,2%) , e ainda verificada a presença de intolerância alimentar a peixe por apenas um escolar (Fig.1).

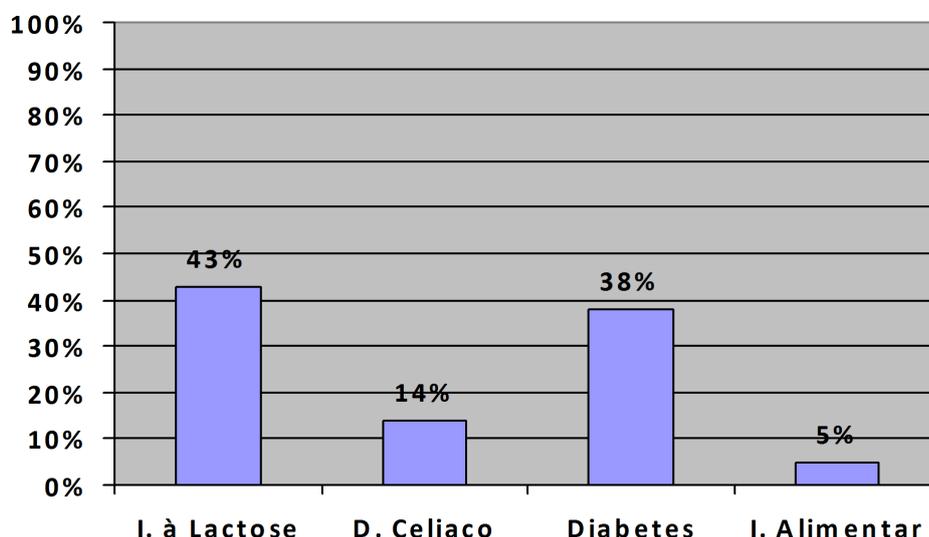
Verificou-se que do total de alunos com restrições alimentares, 9 (43%) eram intolerantes à lactose, em estudo realizado nas escolas públicas de Porto Alegre, foram encontrados 19 (8,4%) alunos com intolerantes à lactose, de 225 alunos estudados (PRETO et. al.,2001). Outra pesquisa realizada em Minas Gerais,

no município de Rio Acima por Figueiredo (2000), que avaliou 435 crianças de 7 a 15 anos, a prevalência de intolerância à lactose foi de 24,3%.

O presente estudo encontrou 8 indivíduos portadores de diabetes, número semelhante ao identificado no inquérito escolar realizado por de Capôs et al., qual encontrou 5 casos de DM dos 26.898 alunos em escolas municipais de Londrina, com crianças e adolescentes menores de 15 anos, (CAPÔS *et. al.*, 1998).

Já a intolerância ao glúten foi menos prevalente,. O estudo realizado por Brandt et. al., mostra que a distribuição de frequência por grupo etário foi: pré-escolares 29%, escolares 27% e adolescentes 44%, no Instituto Materno-Infantil Professor Fernando Figueira em Recife, com crianças e adolescentes entre 2 a 18 anos, (BRANDT *et. al.*, 2008)⁵.

Figura I. Descrição do número de escolares de acordo com o tipo de restrições alimentares em uma amostra de escolas municipais de Rio Grande/ RS. Brasil, 2011.



Em relação à existência de cardápio adequado as essas patologias, observou-se que apenas uma escola possuía um cardápio previamente estabelecido e fornecido pelo nutricionista. A maioria das escolas informou a nutricionista da existência de alunos com tais restrições, sendo que em apenas 4 escolas a nutricionista não havia recebido tal informação.

Verificou-se que muitas escolas não tinham o hábito de informar ao nutricionista sobre as restrições apresentadas pelos alunos, fato que pode justificar em parte a falta de cardápios e de gêneros adequados em algumas escolas. Ainda foi relatado o não cumprimento do cardápio pela falta de gêneros adequados às restrições, que pode muitas vezes ser explicado pelo fato de que muitas nutricionistas não possuem total autonomia nas compras dos gêneros alimentícios, principalmente gêneros mais específicos e geralmente com custo mais elevado. Além disso, o número de nutricionistas geralmente é insuficiente para atender toda demanda do PNAE comprometendo o atendimento individualizado dos escolares.

Verificou-se no estudo que, diante dessa situação, a maioria dos alunos com restrições necessita levar a própria alimentação, fato que acaba por privar esses indivíduos de usufruírem o direito de toda criança e adolescente de receber uma alimentação escolar adequada e de qualidade.

4 CONCLUSÃO

Diante dos resultados encontrados, constata-se um pequeno número de escolares com restrições alimentares nas escolas estudadas na cidade de Rio Grande. Porém observa-se que, mesmo estando em número reduzido, a maioria dos alunos com restrições alimentares não recebem uma alimentação escolar adequada as suas necessidades fisiopatológicas, o que pode comprometer a sua saúde e qualidade de vida.

Sendo assim recomenda-se uma maior atenção aos escolares com restrições alimentares, e que sejam repensadas as ações dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de forma a garantir o direito a uma alimentação de qualidade e adequada a todos os escolares da rede pública de ensino.

5 REFERÊNCIAS

BARDELLA MT; ELLI L; VELIO P; FREDELLA C; PRAMPOLINI L; CESANA B. Silent celiac disease is frequent in the siblings of newly diagnosed celiac patients. **Digestion**. 2007; 75(4):182-7.

BARKER JM; GOEHRIG SH; BARRIGA K; HOFFMAN M; SLOVER R; EISENBARTH GS, et al. Clinical characteristics of children diagnosed with type 1 diabetes through intensive screening and follow-up. **Diabetes Care**. 2004;27(6):1399.

BRANDT, Kátia Galeão; SILVA, Giselia Alves Pontes da. Soroprevalência da doença celíaca em ambulatório pediátrico, no nordeste do Brasil. **Arq. Gastroenterol.** ;2008, vol.45, n.3, pp. 239-242.

CAPÔS JJB; HENRIQUITA G.G. ALMEIDA; IOCHIDA LC; FRANCO LJ. **Arq. Brás. Endocrinol Metab**. Vol.42 nº1 fev 1998.

FIGUEIREDO RCP. Absorção e tolerância à lactose na população de escolares do município de Rio Acima- MG [tese]. Belo Horizonte: **Universidade Federal de Minas Gerais**; 2000.p.200.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO [Internet]. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. [acesso 2012 mar 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>

PRETTO Fernanda M.; O teste do hidrogênio expirado no diagnóstico da má absorção de doses fisiológicas de lactose em alunos de escolas públicas de Porto Alegre [dissertação]. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**; 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1928>

WEIS B; CHAIM NA; BELIK W. Vamos fiscalizar a merenda escolar: de volta à luta contra a corrupção eleitoral, 25 de agosto de 2005. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Brasil**; São Paulo, SP (Brasil). 2003. Paulinas Editora. 31 p.